

Progresso da unificação das regras catalográficas

DR. HERMANN FUCHS
Da "Staatsbibliothek" de Berlim

No presente momento, quando o DASP, com o Curso de Preparação para bibliotecários, inicia uma valiosa e intensa política de unificação das normas de trabalho nas bibliotecas, fica em foco, pelo seu caráter básico, o problema da unificação das regras bibliográficas para a catalogação e classificação de toda espécie de publicações. Essa unificação é, para as bibliotecas e para os serviços de documentação em geral, de grande interesse, tanto sob o ponto de vista técnico, como sob o ponto de vista econômico.

A organização de nossas bibliotecas tem sido até aqui, na sua maioria, o produto da capacidade inventiva de seus responsáveis. Como resultado disso, todas as vezes que ha uma mudança na administração de uma biblioteca, a sua organização sofre completa reforma, com grandes prejuízos materiais e apreciável atraso nos seus serviços.

A adoção de determinados princípios catalográficos, isto é, de um código de catalogação e de um sistema de ficha única, traz, de início, as seguintes vantagens: 1.º) torna possível a formação de bibliotecários que trabalhem de uma maneira tão perfeitamente uniforme que a substituição entre eles possa ser realizada sem prejuízo para a boa marcha dos serviços, requerendo somente um tempo mínimo de adaptação; 2.º) a catalogação torna-se muito mais perfeita, facilitando extraordinariamente, ao leitor, a consulta dos catálogos; 3.º) os trabalhos de catalogação podem ser executados com muito maior economia; 4.º) torna-se realizável o catálogo coletivo de um grupo de bibliotecas, o que é de

grande importância para a documentação bibliográfica.

Quando se deseja fazer um trabalho, nada mais avisado do que considerar aqueles que já foram executados no mesmo terreno — o exemplo anima, os erros podem ser evitados e os êxitos aproveitados para a obtenção de maiores resultados. Assim sendo, devemos estudar cuidadosamente os vários processos de unificação das regras de catalogação em outros países e aprender as lições que a experiência alheia nos ministrará.

O Dr. Hermann Fuchs, da Biblioteca do Estado, da Prússia, dá-nos, em um artigo publicado no n.º 4 da Revista "Archives et Bibliothèques", um pouco da história catalográfica alemã, que aqui publicamos em tradução de Sylvia Goulart de Andrade, bibliotecário-auxiliar do Ministério da Fazenda, em exercício na Biblioteca do DASP. (L.Q.S.).

Quem se interessa pela teoria dos catálogos alfabéticos, ou quem trabalha para organizar um desses catálogos, conhece a multiplicidade dos códigos de catalogação e as contradições entre os usos e as regras, não apenas em países diversos, mas em bibliotecas de um mesmo país. Em parte, alguma foi esta multiplicidade maior do que na Alemanha. Há apenas 20 anos, encontrava-se cerca de uma boa dúzia de códigos, segundo os quais era feita a redação dos catálogos nas grandes bibliotecas científicas, sem falar das bibliotecas de menor importância e das bibliotecas populares.

Na maior parte, cada uma dessas bibliotecas tinha suas regras próprias, por vezes completamente diversas umas das outras, dificultando a utilização dos catálogos pelos leitores e retardando a extensão dos métodos de cooperação, sem os quais não se pode conceber uma organização racional e satisfatória.

Só as Instruções catalográficas prussianas (*Instruktionen für die alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken*) de 1899, destinadas, a princípio, apenas às bibliotecas da Prússia, foram usadas por um círculo muito maior. Nesta multiplicidade se refletia, com excessiva clareza, a divisão política da Alemanha de então. Em 1912, pareceram completamente frustradas as numerosas tentativas para a obtenção de uma certa uniformidade nas questões de catalogação. Esta situação só muito lentamente se modificou. O que todas as deliberações bem intencionadas dos bibliotecários alemães, em suas entrevistas anuais, não tinham podido realizar, fez-se insensivelmente, sob a influência das altas qualidades das Instruções catalográficas prussianas e dos grandes empreendimentos catalográficos da Biblioteca do Estado, da Prússia, todos baseados nestas Instruções os "Berliner Titeldrucke".

Estes "Berliner Titeldrucke", desde 1891, assinalavam as novas obras que haviam entrado nas duas bibliotecas, real e universitária de Berlim, e a partir de 1897 se estenderam a todas as bibliotecas universitárias da Prússia e ao Catálogo coletivo Prussiano, transformado mais tarde em Catálogo coletivo Alemão (*Deutscher Gesamtkatalog*). Creadas em 1899, retocadas em 1908, estas Instruções foram escrupulosamente observadas por todas as bibliotecas universitárias da Prússia. Em 1928, a estas se juntaram todas as bibliotecas das quatro Escolas politécnicas da Prússia. Quando da criação do Catálogo coletivo prussiano, que devia abranger os acervos bibliográficos de todas estas Bibliotecas Prussianas e ainda os da Biblioteca do Estado da Baviera, em Munich, e os da Biblioteca nacional de Viena, a Biblioteca de Viena também aderiu a estas Instruções. Em 1932, as outras grandes bibliotecas científicas da Áustria seguiram o exemplo. Quando, em 1935, o Catálogo coletivo prussiano foi transformado em Catálogo coletivo alemão, todas as bibliotecas alemãs, e as de Dantzig, colaborando nesta grande obra nacional, foram obrigadas a adotar as Instruções Prussianas, que lhes serviam de base. A própria *Deutsche*

Bücherei, de Leipzig, que nos seus repertórios de bibliografia nacional assinala pouco mais ou menos todos os novos livros aparecidos na Alemanha, para informação dos livreiros e das bibliotecas, utiliza também as Instruções Prussianas. *Estas constituem, pois, hoje, o código único e oficial das bibliotecas alemãs.* Os métodos dessas Instruções, constantemente completadas e melhoradas como consequência natural da sua aplicação a estes grandes empreendimentos catalográficos, receberam, na Alemanha, uma aprovação geral, apesar de alguns pequeninos defeitos que a crítica nelas pode apontar. *Estas instruções contribuíram muito para elevar o nível dos catálogos alfabéticos das bibliotecas da Alemanha.* (*)

Para os seus próprios catálogos, algumas bibliotecas seguem ainda regras e usos diferentes, mas isto não diminui a autoridade das Instruções Prussianas. E quanto mais se desenvolver a impressão do catálogo coletivo, tanto mais as Instruções conquistarão bibliotecas.

Dar-nos-á a história dessa feliz unificação em matéria catalográfica, num grande país, a esperança de podermos conseguir, num pequeno prazo, a normalização internacional das regras catalográficas? Não ousamos afirmá-lo. Um rápido exame da situação atual, nos diversos países, não seria muito animador. Numerosas dificuldades parecem erguer-se. Objeta-se, com razão, a extrema diversidade de usos nacionais, e o gênio particular de cada língua que se opõe à unificação. Além disto, pode bem ser que a idéia da necessidade de refazer os catálogos terminados ou em via de execução afaste, de algum modo, os bibliotecários dessa normalização. Não discutiremos aqui as objeções suscitadas. Seria talvez fácil mostrar que elas surgiram, em grande parte, de uma falsa concepção da normalização internacional. A primeira tentativa de entendimento nesta matéria resultou nas *Catalog Rules* de 1908, acôrdo, como se sabe, entre a Associação dos Bibliotecários ingleses (*Library Association*) e a Associação dos Bibliotecários Americanos (*American Library Association*). Mesmo este ensaio não foi inteiramente bem sucedido, as duas partes rejeitando sempre alguns pontos. Por iniciativa do Congresso Internacional de Bibliografia, que se realizou em 1910, em Bruxelas, os Bibliotecários Alemães examinaram, em 1911, a possibilidade de uma unificação, tendo por base as "Ca-

(*) O grifo é nosso. (N. da T.).

talogue Rules" de 1908. Apesar da simpatia geral pelo princípio de uma normalização internacional, elles reconheceram, unanimemente, que não se devia esperar uma unificação baseada nessas "Regras", pelo menos no concernente aos títulos anônimos. As regras anglo-americanas, particularmente acêrca das publicações de entidades coletivas, não apresentam ainda uma solução satisfatória para êsse grande problema. De então para cá, a normalização internacional não fez progressos reais. Uma vista d'olhos sôbre a situação atual faz sempre notar três tipos de códigos catalográficos muito divergentes: 1) o *tipo germânico*, compreendendo, com o da Alemanha, os códigos da Suíça Alemã, dos Países Baixos, da Polônia e de outros países; 2) o *tipo romano*, que prevalece na França e na Bélgica; 3) e o *tipo anglo-saxão*, do qual derivam, além dos códigos ingleses e americanos, os da Itália, dos Países do Norte, das Índias, da China e do Japão. As diferenças referem-se principalmente à redação do título — o tipo germânico ocupando uma situação intermediária entre o tipo romano, que amiúde parece demasiado detalhado, e o tipo anglo-saxão, por vezes demasiado conciso — e à classificação dos títulos anônimos — o tipo germânico (e, com algumas restrições, também o tipo romano) não reconhece às entidades coletivas a paternidade de suas publicações. O tipo germânico classifica os anônimos de acôrdo com o primeiro substantivo independente (a menos que se trate de frases completas ou incompletas, que são classificadas pela primeira palavra); o tipo romano classifica os anônimos pela primeira palavra do título, abstração feita do artigo. Acrescentemos que o tipo germânico apresenta certa tendência internacionalizante, escolhendo comumente, para asentradas, formas internacionais, nos casos em que os dois outros preferem formas nacionais. Seria inútil esclarecer que a preferência decisiva do "Catalog Rules" pelo tipo do "Dictionary Catalog", misturando nomes de autores e de assuntos nos catálogos alfabéticos, é estranha aos códigos germânicos e romanos.

As *Instruções Prussinas* de 1908, em primeira linha, representam o tipo germânico; o tipo romano é representado pelas *Instruções* de M. L. Delisle (4.^a edição, 1910), pelos *Usages* de M. E. G. Ledos (1923), destinados sobretudo aos redatores do Catálogo geral da Biblioteca nacional, pelas "Règles et usages" da Associação dos Bibliotecários franceses (1913), e pelas "Règles

catalographiques belges" (1933) de MM. van Hove Remy et Vanderhejden. As "Catalog Rules" de 1908, se unem, como representantes do método catalográfico anglo-saxão, as "Regole" das bibliotecas italianas do Estado (1932) e as "norme" da Biblioteca Vaticana (1931). Mas assinalemos que nem a Biblioteca do Museu Britânico, nem a Biblioteca do Congresso, aderiram às "Catalog Rules, mantendo ambas, a respeito, certas reservas importantes.

Em face desta situação, não se pode dizer que a esperança de se conseguir uma normalização internacional seja bem fundada. O estudo dêste problema, entretanto, não está terminado e sempre aparece na ordem do dia dos congressos internacionais. Em 1929, por exemplo, por ocasião do Congresso Mundial de Roma, M. Zd. V. Tobolka fez um profundo estudo da questão. Em 1935, em Madrid, foi dado um passo decisivo: por proposta do Diretor geral da Biblioteca do Estado da Prússia, a Federação internacional das Associações de Bibliotecários estabelecia, para estudar a unificação das regras catalográficas, uma comissão cujo presidente atual é um bibliotecário americano. Por ocasião da 10.^a reunião da Federação, em Paris, em 1937, o Presidente da comissão esboçou, de maneira muito clara, o programa futuro e o método de trabalho da comissão. Particularmente, pôs em relêvo a necessidade de realizar a tradução dos principais códigos catalográficos nacionais, nas linguas respectivas das outras grandes nações, para fazer os bibliotecários do mundo inteiro conhecê-las melhor e preparar assim os caminhos de uma normalização internacional. Todo o esforço feito neste sentido merece ser assinalado. Também, não podemos passar em silêncio, hoje, o aparecimento de uma tradução magistral ("The Prussian instructions. Rules for the alphabetical catalogs of the Prussian libraries". Translated from the Second Edition, Authorised August 10, 1908, with an Introduction and Notes, by Andrew D. Osborn, A.M.L.S., Ph. D., Ann Arbor the University of Michigan Press, 1938), das *Instruções catalográficas Prussianas*: "Prussian Instructions"... devidas à pena de M. Andrew D. Osborn (Ann Arbor), que constitue uma primeira e preciosa realização dos votos emitidos pela comissão, por ocasião de sua reunião em Paris. No prefácio, o Bibliotecário da Biblioteca universitária de Ann Arbor, M. W. W. Bishop, expõe as razões que fizeram com que esta tradução fôsse empreendida. Antes de tudo, con-

vinha facilitar aos bibliotecários e aos homens de ciência americanos o uso do Catálogo coletivo alemão. Na realidade, sem um conhecimento preciso das regras que presidiram a sua elaboração, não nos podemos servir dêste instrumento bibliográfico (o melhor dêste gênero na Alemanha) e lhe utilizar todos os recursos. Mas o segundo motivo era precisamente o desejo de concorrer, com esta tradução, para a normalização dos métodos, desejada por tantos bibliotecários, para a qual o conhecimento muitas vezes insuficiente dos códigos nacionais opõe sério obstáculo. A êste duplo fim corresponde também a excelente introdução do tradutor. Depois de um resumo da história dos "Berliner Titeldrucke" e do catálogo coletivo Alemão, que constituem o mais importante fator de unificação catalográfica, na Alemanha, êle caracteriza, com muita nitidez e precisão, a natureza das Instruções Prussianas — relativamente à prática americana, concretizada pelas "Catalog Rules de 1908". Sem dúvida, esta exposição não deixara de determinar um conhecimento mais profundo

das Instruções Prussianas nos países anglo-saxões — coisa importante no momento em que os bibliotecários americanos estudam uma nova redação das "Catalog Rules" de 1908.

A tradução do próprio texto das Instruções com seus exemplos e seus apêndices constitui um belo trabalho em que se revela a ciência bibliográfica do tradutor e seu perfeito conhecimento da língua alemã.

Aqueles que conhecem as dificuldades da terminologia bibliográfica admirarão uma obra tão bem acabada.

Ha trinta anos, as Instruções Prussianas sofreram sua última revisão. E' hoje uma homenagem às suas profundas qualidades que lhes traz esta tradução. Ela nos permite esperar que a idéia de uma normalização internacional, em assunto catalográfico, progrida apesar de tudo.

Estamos profundamente reconhecidos aos nossos colegas americanos por nos terem feito presente dêste magnífico trabalho.

Notícia Bibliográfica

PUBLIC ADMINISTRATION CLEARING HOUSE — "*Public Administration Organizations*". A *Directory of unofficial organizations in the field of public administration in the United States and Canada*. Chicago, P.A.C.H., 1941.

Em sua 5.^a edição cuidadosamente preparada para o ano de 1941, aparece o "Public Administration Organization". E' um excelente indicador das organizações de iniciativa privada dos Estados Unidos e do Canadá, que se ocupam de questões que, de qualquer modo, se relacionam com os problemas de administração pública.

Êste trabalho, talvez único no gênero, é o resultado dos constantes esforços da "Public Administration Clearing House", creada em 1931, com o fim de divulgar as idéias e as experiências das várias organizações que reúnem as pessoas militantes ou interessadas no planejamento de melhorias a serem introduzidas nas técnicas administrativas dos governos. Sem objetivos políticos, completamente afastada de qualquer idéia de crítica ou de promoção de reformas, a "Public Administration Clearing House" empenha-se em levar a cabo o seu único propósito, que é o de facilitar o intercâmbio ativo e proveitoso entre as instituições que, selecionadamente, arrola e descreve no seu "Directory", apresentado-as pelas seguintes categorias:

- I — Organizações Nacionais
- II — Organizações Estaduais
- III — Organizações Regionais
- IV — Organizações Canadenses

As organizações de âmbito nacional, no presente trabalho, são descritas em seus aspectos fundamentais, com todos os dados necessários não só para que os interessados se ponham em correspondência com as mesmas, como ainda para que se tenha um seguro conhecimento de sua estrutura, de sua direção, de suas atividades e, ainda, de suas publicações. Para se julgar do alcance da obra, basta tomar-se, como exemplo, uma entre as 556 organizações nacionais arroladas:

"**American Library Association** (1876) Exec. Secy.: Carl H. Milam, 520 N. Michigan Ave., Chicago, Ill.

"Membership. Individual: 15.500 librarians. Most of the members are employed by publicly supported institutions.

"Finances. Dues: \$2 to \$100.

"Secretariat. Full-time secretary. Staff of approximately 70.

"Activities. Maintains advisory and information services; carries on research and field surveys. Annual meeting. Committees on all phases of library administration.

"Affiliations. Affiliates: 52 chapters, chiefly state library associations. Joint annual conference with American Association of Law Libraries, American Library Institute, Association of American Library Schools, Association of College and Reference Libraries, Association of Research Libraries, Bibliographical Society of America, Catholic Library Association, Conference of Historical Societies, Historical Records Survey, Music